

Urbanismo social: uma possibilidade de resposta às desigualdades de cidades brasileiras

Social urbanism: A Possible Response to the Inequalities in Brazilian Cities

* Leonardo Ferreira da Silva ** Fernando Festa *** Eunice Helena Sguizzardi Abascal
**** Denise Antonucci

Informações do artigo

Recebido em: 20/12/2023

Aprovado em: 18/11/2024

Palavras-chave:

Desigualdades. Urbanismo Social.
Participação Comunitária. Mudanças
Climáticas. Periferia.

Keywords:

Inequalities. Social Urbanism.
Community Participation. Climate
Change. Suburbs.

Autores:

* Doutorando em Arquitetura e
Urbanismo Universidade Presbiteriana
Mackenzie
leonardoferreira.silva@mackenzista.com.br

** Mestrando em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
3festad@gmail.com

*** Professora Doutora Coordenadora
do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Presbiteriana Mackenzie
eunicehelenabascal@mackenzie.br

**** Professora Doutora Universidade
Presbiteriana Mackenzie
denise.antonucci@mackenzie.br

Como citar este artigo:

SILVA, Leonardo Ferreira da; FESTA,
Fernando; ABASCAL, Eunice Helena
Sguizzardi; ANTONUCCI, Denise.
Urbanismo social: uma possibilidade de
resposta às desigualdades de cidades
brasileiras. **Competência**, Porto Alegre, v.
17, n. 1, dez. 2024.

Resumo

Nas últimas três décadas, o Brasil enfrentou uma significativa transformação urbana, resultando em desafios socioambientais nas áreas periféricas. A transição demográfica, impulsionada pela industrialização, rápida urbanização e especulação imobiliária, ressalta a necessidade de uma abordagem integrada para os planos urbanísticos, especialmente nos grandes centros urbanos. Este estudo tem como objetivo analisar essa transformação, com foco em áreas periféricas, visando compreender a eficácia das políticas urbanísticas, em especial em metrópoles como São Paulo. A pesquisa adota uma abordagem analítica, baseada em revisão bibliográfica e estudo de caso. Foram analisadas políticas públicas recentes, destacando aquelas implementadas em Medellín (Colômbia) e em São Paulo, além de examinar projetos urbanos emblemáticos como o Plano de Bairro do Jardim Lapenna e a evolução do bairro Cidade Nova Heliópolis. Este artigo destaca-se pela defesa de uma abordagem integrada de transformações urbanas, especialmente em áreas periféricas, considerando a interconexão entre aspectos socioambientais. A análise comparativa com Medellín traz uma perspectiva internacional relevante, ressaltando a originalidade da busca por soluções sustentáveis e socialmente inclusivas, enfatizando o papel do Urbanismo Social diante das complexas realidades urbanas. Os resultados obtidos incluem a identificação de práticas bem-sucedidas e obstáculos persistentes em áreas periféricas, com foco especial em São Paulo. As lições aprendidas podem informar a criação e implementação de políticas mais eficazes. A ênfase na integração de aspectos sociais e ambientais, proposta pelo Urbanismo Social, representa uma contribuição significativa para a busca de soluções sustentáveis e equitativas no contexto urbano brasileiro.

Abstract

In the past three decades, Brazil has undergone significant urban transformation, resulting in socio-environmental challenges in peripheral areas. The demographic transition, driven by industrialization, rapid urbanization, and real estate speculation, highlights the need for an integrated approach to urban planning, especially in large urban centers. This study aims to analyze this transformation, focusing on peripheral areas, to understand the effectiveness of urban policies, particularly in metropolises such as São Paulo. The research adopts an analytical approach, based on a literature review and case study. Recent public policies have been analyzed, highlighting those implemented in Medellín (Colombia) and São Paulo, in addition to examining emblematic urban projects such as the Jardim Lapenna Neighborhood Plan and the evolution of the Cidade Nova Heliópolis neighborhood. This article stands out for advocating an integrated approach to urban transformations, particularly in peripheral areas, considering the interconnection between socio-environmental aspects. The comparative analysis with Medellín provides a relevant international perspective, highlighting the originality in the search for sustainable and socially inclusive solutions, emphasizing the role of Social Urbanism in the face of complex urban realities. The results obtained include the identification of successful practices and persistent obstacles in peripheral areas, with a special focus on São Paulo. The lessons learned can inform the creation and implementation of more effective policies. The emphasis on the integration of social and environmental aspects, proposed by Social Urbanism, represents a significant contribution to the pursuit of sustainable and equitable solutions in the Brazilian urban context.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas, o Brasil foi palco de uma significativa transformação em sua estrutura urbana e social. O processo de expansão territorial desenfreada em direção às regiões periféricas observado nas principais metrópoles brasileiras acarretou uma multiplicidade de desafios, que vão desde a carência de infraestrutura até a concentração populacional em condições de vulnerabilidade social. Essa transição complexa e multifacetada demanda uma análise aprofundada, alicerçada em justificativas plausíveis, a fim de compreender as implicações e nuances inerentes a esse fenômeno (ALVIM; RUBIO, 2023; TORRES; ALVES; OLIVEIRA, 2007).

A Revolução Verde, iniciada na década de 1950, trouxe uma série de inovações tecnológicas para a agricultura, como a mecanização do campo, o uso de fertilizantes químicos e a introdução de sementes de alto rendimento. Esses avanços permitiram um aumento significativo na produtividade agrícola, mas também tiveram impactos sociais profundos. A mecanização reduziu a necessidade de mão de obra no campo, o que, juntamente com a concentração de terras, aprofundou o êxodo rural e ampliou a densidade demográfica dos centros urbanos (MARICATO, 2000).

A virada demográfica no Brasil, marcada pela transição da predominância da população rural para a urbana, ganha destaque significativo no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970. Este fenômeno é intrinsecamente ligado a uma série de fatores socioeconômicos, políticos e tecnológicos que moldaram o cenário nacional durante esse período (BUITRAGO, 2012; BONDUKI, 2012).

Em um contexto mais amplo, a industrialização e modernização da economia brasileira, especialmente nas décadas mencionadas, desempenharam um papel crucial nessa transformação demográfica. O êxodo rural, impulsionado pela busca por oportunidades de emprego e melhores condições de vida nas áreas urbanas, foi intensificado pela crescente mecanização agrícola, que reduziu a demanda por mão de obra no campo (PASTERNAK; BÓGUS, 2022).

O presente artigo foi desenvolvido como parte integrante de uma pesquisa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, cujo objetivo principal é aprofundar a compreensão das dinâmicas urbanas e sociais em contextos de transformação acelerada. Nesse âmbito, a cidade de Medellín, na Colômbia, foi selecionada como um caso de estudo paradigmático, dada sua notável relevância no contexto do urbanismo social (ECHEVERRI; ORSINI, 2010).

A escolha de Medellín não é fortuita; ela se justifica pela trajetória extraordinária da cidade na implementação de políticas urbanas inovadoras e inclusivas, que têm sido reconhecidas

internacionalmente como um modelo de transformação urbana e social (ECHEVERRI; ORSINI, 2010; FRANCO, 2014).

O processo de urbanização acelerada também foi catalisado por políticas governamentais que visavam estimular o desenvolvimento urbano e industrial. Investimentos em infraestrutura, como transporte e habitação, foram direcionados para as áreas urbanas, criando um ambiente propício para o aumento da população nessas regiões. Além disso, a concentração de serviços, educação e oportunidades de emprego nas cidades contribuiu para atrair indivíduos das áreas rurais (SOUSA; MENZORI; BRAGA, 2021).

Ao longo das últimas décadas, a cidade de São Paulo testemunhou a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade urbana e a redução da vulnerabilidade social em bairros periféricos e aglomerados subnormais. Essas políticas têm buscado não apenas a urbanização desses espaços, mas também a regularização fundiária, a fim de garantir segurança jurídica aos moradores. Além disso, a melhoria do transporte público e a construção de equipamentos públicos e áreas verdes são medidas que visam integrar essas áreas ao tecido urbano formal (GETLINGER, 2021).

Contudo, a complexidade dos processos urbanos em São Paulo também expôs desafios significativos, como a gentrificação e o espraiamento urbano¹. A gentrificação², embora muitas vezes vista como uma requalificação, pode resultar na expulsão de moradores de baixa renda devido ao aumento dos valores imobiliários e do custo de vida. Isso transforma radicalmente a demografia e a cultura dos bairros, deslocando populações tradicionais em favor de classes mais abastadas (BONDUKI, 2000).

Por outro lado, o espraiamento urbano, caracterizado pela expansão desordenada da cidade para áreas periféricas, acarreta problemas como a sobrecarga dos serviços públicos, aumento do tempo de deslocamento e impactos ambientais negativos, devido à conversão de áreas naturais em ambientes urbanos. Desde os anos 1970, a especulação imobiliária tem sido um vetor de influência na intensa expansão urbana em direção às áreas periféricas da cidade de São Paulo. Esse processo tem sido marcado pela ocupação de terrenos e construção de habitações em locais inadequados e com pouca infraestrutura, resultando em uma série de problemas sociais e ambientais (YÁZIGI, 2006).

Essas áreas periféricas geralmente não apresentam crescimento socioeconômico, com grande concentração de população em situação de vulnerabilidade social. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação, transporte, saneamento e segurança, é um dos principais problemas enfrentados pelos moradores (TORRES; ALVES; OLIVEIRA, 2007).

O cenário do urbanismo contemporâneo é marcado por

¹ Espraiamento urbano, cf. Nadalin e Iglione (2015, p. 1) (é “[...] o crescimento urbano que é desconcentrado, não denso e que deixa vazios urbanos dentro da mancha urbana”).

² No âmbito deste trabalho define-se gentrificação como o processo de substituição física, econômica, social e cultural ocorrido em um bairro ou área urbana, atraindo população de renda maior devido à revalorização do solo e imobiliária (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006).

desafios cruciais, entre os quais se destaca a interligação entre as mudanças climáticas e as cidades (ANELLI, 2020). A urbanização das grandes regiões metropolitanas como um agente promotor do aquecimento global é uma realidade que se verifica ao redor do planeta, inclusive em cidades brasileiras (MARENGO *et al.*, 2020).

O impacto das alterações climáticas é particularmente severo em áreas precárias, onde a vulnerabilidade social expõe populações a riscos constantes, como inundações, deslizamentos e escassez de recursos básicos. Diante desse contexto, a sustentabilidade ambiental deve dar atenção a dimensão social, demandando esforços transdisciplinares das ciências e técnicas para ações integradas capazes de enfrentar o desafio ético da desigualdade social diante dos efeitos nocivos das mudanças climáticas (MARENGO *et al.*, 2020).

Na busca por soluções sustentáveis para o desenvolvimento urbano, é imperativo incorporar uma abordagem sistêmica nos projetos de urbanização de regiões ambientalmente sensíveis. Tal perspectiva implica considerar não apenas aspectos isolados do ambiente, mas também as interações complexas entre elementos sociais, econômicos e ecológicos. A visão sistêmica reconhece a interdependência entre a infraestrutura urbana, a qualidade ambiental e o bem-estar social, promovendo estratégias que buscam equilibrar o desenvolvimento humano com a preservação ambiental (ALVIM; RUBIO, 2023). Dessa forma, ao adotar essa abordagem integrada, os projetos de urbanização podem não apenas mitigar impactos negativos nas áreas vulneráveis, mas também criar comunidades resilientes e sustentáveis que prosperam em harmonia com seu entorno (PASTERNAK; BÓGUS, 2022).

O livro “Guia de Urbanismo Social” (LEITE, 2023), expande essa discussão ao introduzir o conceito, propondo um urbanismo que proponha soluções às desigualdades socioterritoriais, e intervenções urbanas visando o bem-estar social e a equidade, com acesso sustentável aos direitos fundamentais. A abordagem incorpora aspectos sociais e comunitários, priorizando as pessoas nas transformações territoriais, oferecendo uma abordagem ampla sobre a crise urbana que afeta, sobretudo, a população de baixa renda nas cidades brasileiras. O rápido e desigual crescimento, desacompanhado pelo adequado planejamento urbano, resultou em áreas periféricas carentes de infraestrutura e serviços. Nesse contexto, projetos participativos, como o Plano de Bairro do Jardim Lapenna, ganham relevância ao buscar o envolvimento social na criação do espaço urbano local. Desenvolvido pelas Fundação Getúlio Vargas e Fundação Tide Setúbal, esse plano visa fortalecer organizações comunitárias, incentivar ações sustentáveis e assegurar infraestrutura adequada (LEITE, 2023).

No contexto brasileiro, a interconexão entre aquecimento global, urbanização sustentável e participação social constitui um tema de extrema relevância e urgência, especialmente à luz dos eventos recentes (2024), como as enchentes no Rio Grande do Sul, a seca extrema na região Norte e as queimadas em várias regiões do Brasil. Esses eventos climáticos extremos são manifestações diretas dos desafios das mudanças climáticas, exacerbadas por

práticas insustentáveis e pela falta de planejamento urbano adequado (ANELLI, 2020).

As enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 evidenciam a vulnerabilidade das infraestruturas urbanas frente ao aumento da frequência e intensidade das chuvas, fenômeno associado ao aquecimento global. A rápida urbanização sem uma gestão eficiente dos recursos hídricos agrava a situação, resultando em inundações que afetam comunidades inteiras, destruindo habitações e comprometendo a segurança alimentar e hídrica (RIZZOTTO; COSTA; LOBATO, 2024).

As mudanças climáticas, agravadas pelo desmatamento e pela emissão de gases de efeito estufa, têm alterado os padrões de chuva e temperatura na Amazônia (Região Norte), causando sérios impactos socioambientais. Comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas enfrentam falta de água potável, perda de biodiversidade e aumento de doenças (ZOGAHIB *et al.*, 2024).

Simultaneamente, as queimadas no Brasil, impulsionadas por práticas agrícolas inadequadas e pelo desmatamento, refletem o impacto humano sobre a biodiversidade e o clima. O aumento das temperaturas e a alteração nos padrões de precipitação criam condições propícias para a propagação do fogo, ameaçando ecossistemas e contribuindo para a degradação ambiental (IPCC, 2019).

A busca por soluções eficazes nesse cenário complexo requer uma compreensão profunda das interações entre esses elementos. A urbanização sustentável não se resume apenas a infraestruturas ecoeficientes, mas também implica repensar a forma como as cidades se expandem, incorporando práticas que minimizem o impacto ambiental e promovam a resiliência diante das mudanças climáticas. Além disso, a participação social se torna um pilar fundamental, pois envolver as comunidades nas decisões urbanas não apenas fortalece a democracia, mas também contribui para a implementação de políticas mais alinhadas com as necessidades locais e ambientais. Medellín é um exemplo tangível da tentativa de se alcançar o sucesso desta integração entre planejamento, poder público e sociedade (ECHEVERRI; ORSINI, 2010; GONÇALVES; GAMA, 2020).

A compreensão integrada desses fatores é essencial para forjar um caminho sustentável, onde a urbanização se alinha com a preservação ambiental e o engajamento ativo da sociedade contribui para a construção de cidades mais resilientes e equitativas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A condução deste estudo segue uma metodologia estruturada que visa aprofundar a análise das questões urbanas contemporâneas à luz de uma revisão da literatura amparada por bases de dados indexados (Scopus). Para além desta fundamentação teórica inicial, a pesquisa incorpora uma abordagem multifacetada para a análise de políticas públicas, empregando uma combinação

de métodos qualitativos e quantitativos, com o intuito de proporcionar uma compreensão holística e robusta do fenômeno em questão (MARTINS; TEÓFILO, 2009; KÖSCHE, 2017).

Inicialmente, realizou-se um mapeamento das questões urbanas mais prementes, com foco especial nas dinâmicas de expansão territorial e seus impactos socioeconômicos. Esta etapa envolveu a análise de dados demográficos, indicadores socioeconômicos e relatórios oficiais sobre desenvolvimento urbano (KÖSCHE, 2017).

A seguir, procedeu-se uma análise minuciosa dos planos diretores, leis de zoneamento, políticas habitacionais e programas de desenvolvimento urbano implementados nas últimas três décadas. Esta análise visou identificar as diretrizes, objetivos e instrumentos das políticas públicas voltadas para o ordenamento territorial e a inclusão social (MARTINS; TEÓFILO, 2009).

Desse modo, foi possível estabelecer uma análise comparativa entre as políticas públicas implementadas em São Paulo e o caso paradigmático de Medellín, na Colômbia. Esta comparação focou-se nos aspectos inovadores do urbanismo social e seu potencial aplicabilidade no contexto brasileiro (SEVERINO, 2013).

Utilizou-se uma abordagem mista para avaliar o impacto das políticas públicas. Quantitativamente, foram analisados indicadores de desenvolvimento urbano, tais como índices de segregação espacial, acesso a serviços básicos e qualidade de vida. Qualitativamente, foram consideradas as percepções dos atores sociais envolvidos, obtidas por meio de questionário semiestruturado, aplicados por meios digitais.

Ao final, procedeu-se à síntese dos resultados, identificando padrões, tendências e lições aprendidas. Com base nesta síntese, foram elaboradas recomendações para o aprimoramento das políticas públicas de desenvolvimento urbano, com ênfase na promoção da equidade social e da sustentabilidade.

3 URBANISMO SOCIAL COMO RESPOSTA ÀS DESIGUALDADES

As áreas periféricas de São Paulo sofrem com crescimento socioeconômico insuficiente, resultado direto de políticas públicas ineficazes e do planejamento urbano inadequado promovido pelo estado. Essa negligência sistemática perpetua a concentração de populações em situação de vulnerabilidade, privando-as de acesso a serviços essenciais e oportunidades de ascensão social. A omissão do estado em garantir infraestrutura básica e fomentar oportunidades econômicas alimenta um ciclo de violência urbana, afetando particularmente os jovens. Além disso, a falta de compromisso governamental com a implementação de soluções para desafios ambientais, como o saneamento básico precário e a contínua degradação ambiental, agrava ainda mais as condições de vida nessas comunidades (GETLINGER, 2021; FAVARETO, 2019).

A especulação imobiliária, definida como o investimento

em bens imóveis ou terrenos, na espera de se obter lucros em um momento futuro é um dos fatores impulsionadores de expansão da cidade e, resultou na ocupação inadequada de terrenos e construção de habitações em locais sem infraestrutura, gerando problemas sociais e ambientais. A falta de acesso a serviços básicos, a violência e a degradação ambiental tornaram-se características marcantes nas áreas periféricas (TORRES; ALVES; OLIVEIRA, 2007).

Diversas políticas públicas foram implementadas para reverter esse quadro. Programas de urbanização de aglomerados subnormais, regularização fundiária, melhoria do transporte público e construção de áreas verdes foram algumas das iniciativas buscando promover a sustentabilidade urbana (GETLINGER, 2021). No entanto, a especulação imobiliária é sempre presente, desafiando os esforços para criar uma cidade mais justa e inclusiva (BONDUKI, 2012).

Em alguns países centrais, foram adotadas medidas históricas para controle especulativo, a exemplo da Holanda, que no início do século XX (1901 a 1914), tendo passado por mudanças políticas sob a monarquia constitucional da rainha Guilhermina, com destaque para a ascensão do sistema democrático parlamentar, iria ter seu crescimento impulsionado pela indústria. A industrialização impulsionou setores-chave na economia, gerando desafios urbanos. Movimentos artísticos como o Impressionismo floresceram, refletindo as transformações culturais (GRINBERG, 1982).

A urbanização (mundial), alimentada pelo fluxo de pessoas das áreas rurais em busca de oportunidades, trouxe desafios como superlotação e falta de infraestrutura, mas também proporcionou um ambiente propício para interações sociais e formação de novas identidades urbanas. Paralelamente, os movimentos trabalhistas e sindicatos surgiram em resposta à concentração de mão de obra industrial, lutando por direitos laborais e condições de trabalho justas. O desenvolvimento de políticas sociais e de bem-estar acompanhou essas mudanças. Consciente das desigualdades sociais, o governo implementou iniciativas para mitigar esses desafios, introduzindo programas de assistência social, seguro de saúde e pensões. Essas ações visavam criar uma rede de segurança para os mais vulneráveis, sinalizando um necessário amparo social e do Estado à população carente do atendimento de seus direitos fundamentais, como moradia, equipamentos urbanos e espaços públicos (BUIRAGO, 2012).

O Urbanismo Social surge como uma abordagem compreensiva, buscando promover justiça social e sustentabilidade urbana. Considerando a cidade como um espaço coletivo, essa prática propõe intervenções desde políticas habitacionais até inclusão social, garantindo o direito à cidade para todos os cidadãos (ECHEVERRI; ORSINI, 2010). Partindo da premissa de que a cidade é um *locus* de convivência coletiva, onde a interação entre diferentes grupos sociais é inevitável, o Urbanismo Social permite que atores antes “apagados” (excluídos da dinâmica socioeconômica urbana), moradores, trabalhadores, usuários os espaços públicos sejam participantes do processo da tomada de decisão. Sob essa perspectiva, a organização do espaço urbano deve refletir não apenas interesses econômicos, mas também a

diversidade social presente, promovendo a coesão e a coexistência harmoniosa (BUIRAGO, 2012).

No cenário brasileiro, a carência habitacional é um desafio estrutural que perpetua a desigualdade. O Urbanismo Social propõe políticas habitacionais inclusivas, as quais não apenas buscam prover moradia, mas também asseguram o acesso a infraestrutura, serviços públicos e oportunidades de emprego, contribuindo para a efetivação do direito à cidade. Além das intervenções físicas, o Urbanismo Social destaca a importância da inclusão social como fator determinante para a construção de cidades mais justas (MONTEIRO; VERAS, 2017).

A promoção de espaços de convivência, a valorização da cultura local e a participação comunitária efetiva são elementos que contribuem para a criação de ambientes urbanos mais equitativos e integrados (CALDEIRA, 2003).

Neste contexto, a busca por sustentabilidade urbana é uma dimensão crucial do Urbanismo Social. A implementação de práticas que promovam o uso eficiente de recursos, a redução das emissões de carbono e a preservação de áreas verdes são objetivos alinhados com a visão de uma cidade socialmente justa e ambientalmente sustentável (ALVIM; RUBIO, 2023).

O Urbanismo Social se apresenta como uma abordagem abrangente e essencial para a transformação das cidades brasileiras. Ao considerar a cidade como um espaço coletivo, promovendo políticas habitacionais inclusivas, fomentando a inclusão social e sustentabilidade, esta prática visa criar ambientes urbanos que respeitem a diversidade, garantindo o direito à cidade para todos os cidadãos. Nesse sentido, a implementação efetiva do Urbanismo Social no contexto brasileiro não apenas reconfigura o espaço urbano, mas também molda uma sociedade mais justa e sustentável (ECHEVERRI; ORSINI, 2010; PASTERNAK; BÓGUS, 2022).

4 EXPERIÊNCIA DE MEDELLÍN

Nos anos 1990, Medellín era uma das cidades mais violentas do mundo, com cerca de sete mil homicídios anuais, resultado de conflitos armados envolvendo guerrilhas, paramilitares e o narcotráfico, que marcaram a Colômbia por cinco décadas (ANTONUCCI; BUENO, 2018). No entanto, ela se destaca como um exemplo notável de como o Urbanismo Social pode efetivamente transformar uma realidade marcada por esses problemas prementes. A implementação de iniciativas inovadoras, como a renovação urbana, a criação de espaços públicos de qualidade e a adoção de políticas sociais abrangentes, contribuíram para melhorias significativas na qualidade de vida e para a redução da violência (BUIRAGO, 2012).

A renovação urbana em Medellín desempenhou um papel crucial na modificação da paisagem urbana e na criação de ambientes mais seguros e acessíveis. Projetos de requalificação de áreas degradadas, aliados à construção de infraestrutura moderna e inclusiva, não apenas melhoraram o aspecto estético da cidade,

mas também proporcionaram oportunidades econômicas e sociais para os residentes locais. Ao revitalizar bairros historicamente afetados pela violência, o Urbanismo Social em Medellín contribuiu para a construção de comunidades mais coesas e resilientes (ECHEVERRI; ORSINI, 2010).

A implementação bem-sucedida das políticas de Urbanismo Social em Medellín está intrinsecamente ligada a uma série de intervenções governamentais específicas e mensuráveis, iniciadas na gestão do prefeito Sergio Fajardo (2004-2007) e continuadas nas administrações subsequentes. Entre 2004 e 2015, Medellín experimentou uma notável transformação urbana e social, evidenciada por indicadores concretos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade aumentou de 0,787 em 2004 para 0,834 em 2015, refletindo melhorias significativas na qualidade de vida dos habitantes (PNUD, 2016).

No âmbito do saneamento básico, a cobertura de esgotamento sanitário expandiu-se de 77,3% em 2004 para 95,2% em 2015, beneficiando diretamente as comunidades mais vulneráveis (EPM, 2016). O sistema de transporte público foi revolucionado com a implementação do *Metrocable*, um sistema de teleféricos que conecta bairros periféricos ao centro da cidade.

Este projeto reduziu o tempo médio de deslocamento em áreas de difícil acesso de 120 para 30 minutos, promovendo maior integração urbana (DÁVILA, 2013). Além disso, a taxa de homicídios, um indicador crítico da violência urbana, diminuiu drasticamente de 98,2 por 100.000 habitantes em 2004 para 20,13 em 2015 (SECRETARÍA DE SEGURIDAD DE MEDELLÍN, 2016).

A coordenação eficaz entre os níveis de governo, desde o governo local até as esferas estadual e nacional, foi fundamental para a efetiva implementação das políticas de Urbanismo Social em Medellín. A colaboração entre diferentes instâncias governamentais permitiu a alocação estratégica de recursos, a maximização do impacto das intervenções e a criação de um ambiente propício para a sustentabilidade a longo prazo dessas iniciativas. A integração de esforços entre órgãos governamentais também facilitou a implementação de programas interdisciplinares, como educação, saúde e segurança, que se mostraram essenciais para abordar as diversas dimensões dos desafios urbanos enfrentados pela cidade (FRANCO, 2014).

A ênfase na criação de espaços públicos de qualidade representa outro pilar fundamental do sucesso de Medellín na implementação do Urbanismo Social. Parques, praças e áreas de lazer foram concebidos não apenas como locais de recreação, mas como catalisadores para a coesão social e a interação comunitária. Esses espaços bem projetados têm o potencial de diminuir barreiras sociais, promover a inclusão e proporcionar um ambiente propício para atividades culturais e educacionais (FRANCO, 2014; ECHEVERRI; ORSINI, 2010).

As políticas sociais adotadas em Medellín demonstram comprometimento com a melhoria das condições de vida e a redução das disparidades sociais. Investimentos em educação,

saúde e programas de capacitação profissional têm contribuído para empoderar os cidadãos, proporcionando-lhes as ferramentas para superar os atrasos históricos associados à pobreza e à violência (LEITE, 2023).

Medellín tem se transformado em uma cidade resiliente, integrando redução de riscos ao planejamento urbano e promovendo o desenvolvimento sustentável. Políticas públicas priorizam a função social e ecológica da propriedade, abrangendo habitação social, meio ambiente, espaços públicos e mobilidade (ANTONUCCI; BUENO, 2018).

5 A EXPERIÊNCIA DO JARDIM LAPENNA

A necessidade imperativa de edificar cidades sustentáveis, promotoras de equidade e justiça socioambiental, ressalta a importância incontestável do planejamento e projeto urbanos centrados nos cidadãos. No entanto, a realidade da maioria das áreas urbanas, especialmente em países em desenvolvimento, é marcada por um crescimento acelerado e desigual, carência de planejamento e crises urbanas, o que culmina em segregação socioespacial e infraestrutura precária (MARICATO, 2000).

Este cenário é especialmente evidente na metrópole de São Paulo, onde áreas centrais bem equipadas contrastam vividamente com regiões periféricas carentes, impactando predominantemente as populações de baixa renda. Diante desse panorama, iniciativas participativas buscam fomentar a inclusão, com destaque para o papel crucial do Estatuto da Cidade (PMSP, 2013). O Plano de Bairro, inserido no Plano Diretor de São Paulo, emerge como um instrumento essencial para envolver a sociedade na transformação urbana, buscando atender às demandas locais e promover justiça social (GETLINGER, 2021).

A dinâmica urbana contemporânea reflete um cenário marcado por profundas desigualdades socioespaciais, evidenciadas na distribuição desigual de oportunidades e acessos a serviços em diferentes bairros. Essa segregação socioespacial cria um ambiente onde diversas vulnerabilidades se perpetuam, principalmente em áreas periféricas caracterizadas por baixa renda e infraestrutura precária (URBINI *et al.*, 2022).

São Miguel Paulista é um exemplo vivo dessa realidade, onde a metrópole apresenta contrastes notáveis entre áreas centrais bem equipadas e regiões periféricas carentes. A falta de planejamento urbano adequado e o crescimento acelerado exacerbam a segregação, impactando diretamente as populações de baixa renda nessas áreas (ALMEIDA, 2023).

Nesse contexto, iniciativas tanto públicas quanto privadas buscam reverter essa situação. O Plano de Bairro do Jardim Lapenna (PBJL) destaca-se como uma resposta a uma região historicamente negligenciada. É importante notar que, diferentemente do caso de Medellín, onde houve uma política pública abrangente, o PBJL é uma iniciativa predominantemente

privada, liderada pela Fundação Tide Setúbal em colaboração com o CEPESP/FGV. O PBJL foi iniciado em 2017, visando melhorar a qualidade de vida em uma área marcada por alta vulnerabilidade social. Este plano incorporou a participação popular em 48 ações de transformação, organizadas em desafios e propostas. O fortalecimento da organização comunitária foi um marco inicial bem-sucedido deste projeto (URBINI *et al.*, 2022).

É importante ressaltar que, embora Oliveira (2016) tenha discutido questões relacionadas à vulnerabilidade social em São Miguel Paulista, seu trabalho precedeu o PBJL e não se referia especificamente a este projeto. A menção a Oliveira (2016) serve como contexto histórico para entender as condições que levaram à necessidade de iniciativas como o PBJL. A escassez de estudos sobre a experiência específica do PBJL destaca uma lacuna no entendimento de seu potencial e desafios, especialmente considerando sua natureza como uma iniciativa privada em contraste com políticas públicas mais abrangentes, como as observadas em Medellín.

A necessidade de abordagens integradas e intersetoriais para enfrentar as desigualdades socioespaciais é ressaltada. A atuação parcial em áreas específicas pode não gerar os resultados desejados, como exemplificado por iniciativas educacionais que, mesmo melhorando infraestruturas escolares, podem não abordar outros aspectos essenciais fora do ambiente escolar. A dificuldade em promover ações intersetoriais é evidenciada, sendo necessário superar barreiras institucionais e promover a integração entre diferentes setores. A comunidade local, no entanto, emerge como um ativo fundamental para a continuidade das iniciativas ao longo do tempo. O coletivo “As Guardiãs do Bairro” exemplifica essa participação ativa, não apenas prestando assistência, mas também promovendo ações sustentáveis e conscientização ambiental (LEITE, 2023; URBINI *et al.*, 2022).

A dinâmica dos territórios periféricos é reconhecida como complexa e exige soluções contínuas e adaptáveis. A intersetorialidade baseada no orçamento, na mensuração de resultados e no protagonismo local é proposta como uma chave fundamental para enfrentar as desigualdades socioespaciais. Reconhecer o território como um elemento vital na formulação de políticas públicas emerge como um direcionamento crucial para a superação desses desafios complexos e persistentes (SOUSA; MENZORI; BRAGA, 2021; TORRES; ALVES; OLIVEIRA, 2007).

6 CIDADE NOVA HELIÓPOLIS

Heliópolis, originalmente uma das maiores favelas de São Paulo, transformou-se ao longo das décadas em um bairro conhecido como Cidade Nova Heliópolis. Esta transformação é um exemplo notável de como políticas públicas e iniciativas comunitárias podem impactar positivamente áreas urbanas vulneráveis.

Localizada na zona sudeste de São Paulo, Heliópolis

abriga aproximadamente 200 mil habitantes em uma área de 1 milhão de metros quadrados (IBGE, 2023; IBGE, 2024). Sua história de ocupação, iniciada na década de 1970, foi marcada por desafios socioeconômicos e lutas por moradia digna (DEZIDERIO, 2022).

A partir dos anos 2000, Heliópolis tornou-se alvo de diversas intervenções urbanas e sociais. O Programa de Urbanização de Favelas, implementado pela Prefeitura de São Paulo, foi um marco significativo. Este programa, iniciado em 2005, focou na regularização fundiária, melhoria da infraestrutura básica e construção de novas unidades habitacionais. Entre 2005 e 2012, foram investidos cerca de R\$ 230 milhões em obras de urbanização, beneficiando diretamente mais de 15 mil famílias (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2013).

Uma iniciativa crucial foi a implementação do conceito de “Bairro Educador” em Heliópolis. Este projeto, liderado pela UNAS (União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, visa integrar educação e desenvolvimento comunitário. A Escola Municipal Campos Salles tornou-se um exemplo emblemático desta abordagem, adotando um modelo pedagógico inovador que promove a autonomia dos estudantes e a participação comunitária (NASCIMENTO, 2020).

O Projeto Identidade Cultural de Heliópolis, iniciado em 2009, é outro exemplo de política pública bem-sucedida. Este projeto resultou na criação de espaços culturais, como a Fábrica de Cultura e o Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis, que oferecem programas de formação artística e cultural para jovens e adultos (SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, 2021).

No âmbito da saúde, o Hospital Heliópolis, inaugurado em 1969 e ampliado significativamente nas últimas décadas, tornou-se um centro de referência regional, oferecendo atendimento especializado e programas de residência médica. Em 2019, o hospital realizou mais de 200 mil consultas e 10 mil cirurgias, demonstrando seu papel crucial na atenção à saúde da comunidade (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Estas iniciativas demonstram como a integração de políticas públicas em diferentes setores - habitação, educação, cultura e saúde - pode promover transformações significativas em áreas urbanas vulneráveis. O caso de Heliópolis ilustra a importância de abordagens multissetoriais e participativas no desenvolvimento urbano, alinhando-se com os princípios do Urbanismo Social discutidos anteriormente neste estudo.

Apesar dos avanços, Heliópolis ainda enfrenta desafios, como a persistência de vulnerabilidades sociais e a necessidade de continuar expandindo o acesso a serviços básicos. No entanto, a trajetória do bairro oferece lições valiosas sobre o potencial transformador de políticas públicas bem planejadas e implementadas em colaboração com a comunidade local.

7 PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Apesar das iniciativas implementadas, desafios persistentes como a falta de infraestrutura básica, a violência e a discriminação ainda afetam muitas áreas periféricas. Este estudo busca avaliar o impacto das políticas públicas na redução da vulnerabilidade social e identificar formas de aprimorá-las (ANELLI, 2020; GONÇALVES; GAMA, 2020).

A perspectiva futura do Urbanismo Social no Brasil é marcada por um horizonte promissor, mas também por desafios significativos. À medida que a urbanização continua a moldar o tecido das cidades brasileiras, o Urbanismo Social emerge como uma ferramenta crucial para enfrentar os desafios persistentes de desigualdade e degradação ambiental (TORRES; ALVES; OLIVEIRA, 2007; LEITE, 2023).

A crescente conscientização sobre a necessidade de cidades mais justas e sustentáveis abre espaço para a ampliação e aprimoramento das práticas urbanísticas inclusivas. Programas federais e estaduais de habitação social e Planos Diretores Participativos sinalizam um comprometimento, mas é crucial que as perspectivas futuras incorporem uma abordagem holística, considerando não apenas a oferta de moradias, mas também a promoção ativa da coesão social e o respeito ao meio ambiente (ALVIM; RUBIO, 2023; GETLINGER, 2021).

Contudo, os desafios que permeiam o caminho do Urbanismo Social no Brasil não podem ser subestimados. A persistência da especulação imobiliária, por exemplo, continua a ameaçar os esforços para criar cidades mais inclusivas. A necessidade de superar burocracias, envolver efetivamente a comunidade nas decisões urbanas e garantir recursos financeiros adequados são desafios prementes. Além disso, a garantia de que as políticas habitacionais e de inclusão social sejam implementadas de maneira integrada e sustentável é uma tarefa complexa que exige uma colaboração efetiva entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil. O enfrentamento desses desafios é crucial para garantir que as perspectivas futuras do Urbanismo Social no Brasil se traduzam em transformações tangíveis nas dinâmicas urbanas e sociais (BONDUKI, 2000; BONDUKI, 2012; GETLINGER, 2021).

As perspectivas futuras do Urbanismo Social no Brasil representam uma oportunidade única para redefinir as cidades, tornando-as mais justas, inclusivas e sustentáveis. Entretanto, para concretizar essas aspirações, é imperativo enfrentar os desafios de frente, promovendo a integração de políticas, a participação ativa da comunidade e a superação de barreiras institucionais. O Urbanismo Social, ao abraçar essa complexidade, pode desempenhar um papel fundamental na construção de um futuro urbano mais equitativo e resiliente para as cidades brasileiras (ECHEVERRI; ORSINI, 2010; SAMPAIO, 1994; BUITRAGO, 2012).

8 CONSIDERAÇÕES

Este estudo buscou examinar a aplicação do Urbanismo Social como resposta às desigualdades urbanas no Brasil, focando em experiências específicas em São Paulo e estabelecendo um diálogo com o caso paradigmático de Medellín, Colômbia. A análise revelou insights importantes, mas também destacou lacunas significativas na implementação e avaliação de políticas públicas urbanas.

Em Medellín, observamos uma transformação urbana notável entre 2004 e 2015, evidenciada por melhorias quantificáveis:

- O IDH aumentou de 0,787 para 0,834;
- A cobertura de esgotamento sanitário expandiu de 77,3% para 95,2%;
- A taxa de homicídios diminuiu de 98,2 para 20,13 por 100.000 habitantes.

Essas mudanças foram resultado de políticas públicas abrangentes e sustentadas, demonstrando o potencial do Urbanismo Social quando implementado com comprometimento governamental de longo prazo.

Contrastando com Medellín, as experiências em São Paulo, especificamente em Heliópolis e Jardim Lapenna, apresentam um quadro mais complexo e menos uniforme. Em Heliópolis, o Programa de Urbanização de Favelas (2005-2012) investiu R\$ 230 milhões, beneficiando 15.000 famílias. No entanto, a falta de dados comparativos pré e pós-intervenção dificulta uma avaliação precisa do impacto dessas políticas.

O caso do Jardim Lapenna, liderado principalmente por iniciativas privadas, levanta questões sobre a sustentabilidade e escala de intervenções não-governamentais. Embora o Plano de Bairro do Jardim Lapenna tenha envolvido a comunidade em 48 ações de transformação, a ausência de métricas claras e comparáveis limita nossa capacidade de avaliar sua eficácia em relação a iniciativas públicas mais abrangentes.

Esta análise comparativa revela uma disparidade significativa na abordagem e escala das intervenções entre Medellín e São Paulo. Enquanto Medellín demonstrou uma estratégia coesa e de larga escala, as iniciativas em São Paulo parecem mais fragmentadas e localizadas, carecendo de uma visão integrada de desenvolvimento urbano.

A questão das injustiças socioambientais emerge como um tema central, mas insuficientemente abordado nas políticas analisadas. Em Heliópolis, por exemplo, apesar das melhorias na infraestrutura, persistem desafios relacionados à qualidade ambiental e acesso a espaços verdes. Esta lacuna aponta para a necessidade de uma abordagem holística que integre desenvolvimento urbano com sustentabilidade ambiental.

Nosso estudo evidencia a necessidade urgente de:

1. Estabelecer métricas consistentes e comparáveis para avaliar o impacto das

intervenções urbanas.

2. Desenvolver políticas públicas mais abrangentes e integradas, inspiradas no modelo de Medellín, mas adaptadas ao contexto brasileiro.
3. Priorizar a coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos para informar o planejamento urbano e a tomada de decisões.
4. Incorporar explicitamente a dimensão socioambiental nas estratégias de Urbanismo Social, reconhecendo a interconexão entre justiça social e sustentabilidade ambiental.

Conclui-se que, embora o Urbanismo Social ofereça um quadro promissor para abordar as desigualdades urbanas, sua implementação no contexto brasileiro ainda requer aprimoramentos significativos. Futuros estudos devem focar na avaliação rigorosa de políticas públicas urbanas, na integração de perspectivas socioambientais, e na exploração de modelos de governança que possam efetivamente traduzir os princípios do Urbanismo Social em realidades urbanas mais justas e sustentáveis.

Referências

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 25-62.

ALMEIDA, M. Intersetorialidade e melhorias urbanas em territórios periféricos: o caso de São Miguel Paulista. **Estudos Avançados**, São Paulo, p. 41-56, 2023.

ALVIM, A. B.; RUBIO, V. M. **Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil: contexto, dimensões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2023.

ANELLI, R. As cidades e o aquecimento global: desafios para o planejamento urbano, as engenharias e as ciências sociais e básicas. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, v. 3, n. 1, p. 4-17, jan./dez. 2020.

ANTONUCCI, D.; BUENO, L. A construção do espaço público em Medellín: Quinze anos de experiência em políticas, planos e projetos integrados. **Arquitextos**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.218/7022>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BONDUKI, N. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000. v. 1.

_____. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. São Paulo:

UNESP, 2012. v. 1.

BUITRAGO, Á. S. Urbanismo y reproducción social: Una introducción a su historia. **Cuadernos de investigación urbanística**, p. 1-24, 2012.

CALDEIRA, T. P. D. R. Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In: CALDEIRA, T. P. D. R. **Cidade de muros**. São Paulo: 34 Ltda., 2003. p. 211-342.

DEZIDERIO, C. S. Entre vielas: desenvolvimento de centralidades comerciais e respiros verdes na favela Heliópolis. 1. ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura Universidade São Judas tadeu - Trabalho de Graduação, v. 1, 2022.

ECHEVERRI, A.; ORSINI, F. M. Informalidad y Urbanismo Social en Medellín. **Medellín medio ambiente urbanismo y sociedad**, Medellín, 2010.

FAVARETO, A. A Dimensão Territorial do Desenvolvimento Brasileiro Recente e os Vetores de uma Transição Ecológica nos Marcos da Agenda 2030. **Igepec**, Toledo, v. 23, p. 172-190, 2019.

FRANCO, I. D. Políticas públicas, urbanismo y fronteras invisibles. Las disputas por el control espacial en Medellín. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 18, n. 25, p. 1-18, nov. 2014.

GETLINGER, D. C. V. Plano de ação local como elemento de integração e territorialização de políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social: o caso do Jardim Lapena. São Paulo: Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2021.

GONÇALVES, J. M.; GAMA, J. M. R. F. A systematisation of policies and programs focused on informal urban settlements: reviewing the cases of São Paulo, Luanda, and Istanbul. **Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, p. 1-24, 2020.

GRINBERG, D. I. **Housing in the Netherlands 1900-194**. [S.I.]: Delft Student Pres, 1982. 33-86 p.

IBGE. **Almanaque do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2023.

_____. **Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

IPCC. **Climate Change and Land: An IPCC Special Report on climate change, desertification, land**. Intergovernmental Panel on Climate Change. [S.I.], p. 1-43. 2019.

KÖSCHE, J. C. Problema, hipótese e variáveis: O Fluxograma da pesquisa científica. In: KÖSCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 105-136.

LEITE, C. Tópicos em Saúde Urbana. In: LEITE, C. **Guia de Urbanismo Social**. São Paulo: Bei, 2023. p. 272-282.

LEITE, C. **Guia de Urbanismo Social**. São Paulo: Bei, 2023.

MARENGO, J. A. *et al.* Trends in extreme rainfall and hydrogeometeorological disasters in the Metropolitan Area of São Paulo: a review. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, 2020. 1-16.

MARICATO, E. Urbanismona periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, p. 21-33, 2000.

MARTINS, C. R.; TEÓPHILO, G. D. A. Polo epistemológico. In: MARTINS, C. R.; TEÓPHILO, G. D. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009. p. 9-26.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. D. R. A questão da habitação social no Brasil. **Mercator**, 2017. p. 1-13. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NASCIMENTO, J. A. Conselho gestor de ZEIS de Heliópolis: uma experiência de participação social na política de habitação do município de São Paulo. **Revista Internacional de Debates da Administração Pública**, São Paulo, 5, n. 1, p. 102-121, jan./dez. 2020.

OLIVEIRA, L. M. B. D. A cidade como projeto coletivo: impressões sobre a experiência de Medellín. **Tempo & argumento**, v. 3, n. 2, p. 164-181, 2011.

OLIVEIRA, N. C. D. **Habitação e serviço social: das origens do trabalho social no Programa Minha casa Minha Vida (PMCMV)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, v. 1, 2016.

PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. Favela em números. In: ALVIM, A. T.

B.; (Org), V. M. R. **Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil. Contexto, dimensões e perspectivas.** São Paulo: Manole, 2022. p. 72-98.

RIZZOTTO, M. L. F.; COSTA, A. M.; LOBATO, L. D. V. D. C. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, p. 1-5, 2024.

SAMPAIO, M. R. A. D. Community organization, housing improvements and income generation: A case study of 'Favelas' in São Paulo, Brazil. **Habitat International**, p. 81-97, 1994.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, I. C. N. D.; MENZORI, I. D.; BRAGA, R. Urbanização Sustentável: Métricas Espaciais e Tipologias de Crescimento. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 84, p. 36-55, dez. 2021.

SOUZA, V. P. D. **Heliópolis** (São Paulo - As intervenções públicas e as transformações na forma urbana da favela (1970-2011)). São Paulo: Dissertação de mestrado. PPGAU MAckenzie, 2012.

TORRES, H.; ALVES, H.; OLIVEIRA, M. A. D. São Paulo peri-urban dynamics: some social causes and environmental consequences. **Environment and Urbanization**, v. 19, n. 1, p. 207-223, 2007.

URBINI, B. M. *et al.* Percepções dos Stakeholders Urbanos e Participação Popular Na Implementação do Plano de Bairro: O caso do Jardim Lapenna, São Paulo, Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, p. 1-30, 2022.

YÁZIGI, E. **Esse estranho amor dos paulistanos:** requalificação urbana, cultura e turismo. São Paulo: Global, 2006.

ZOGAHIB, A. L. N. *et al.* Mudanças climáticas e seus impactos nas cidades: estudo de caso do fenômeno da seca no Estado do Amazonas, Brasil. **Research, Society and Development**, p. 1-8, 2024.